

RELATÓRIO & CONTAS 2017

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento a Conjuntura Económica Internacional e Nacional

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido no dia 11 de Abril de 2018, decidiu reduzir a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 150 pontos base, para 16,5%.

Adicionalmente, reduziu a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 100 pontos base, para 18,0%, tendo mantido tanto a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 12,5% como o coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional em 14,0%, e em moeda estrangeira em 22%.

O comportamento favorável do indicador de inflação, aliado ao facto de as projecções para o final do presente ano indicarem que a mesma se situará em torno de um dígito, justifica a manutenção do ciclo de redução das taxas de juro pelo CPMO, iniciado em Abril de 2017.

A inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor de Moçambique, mantém-se baixa, em torno de 3,0%, contra 21,6% em igual período de 2017. Entretanto, em termos mensais, observou-se no mês em referência um incremento do nível geral de preços em 0,97%, a reflectir fundamentalmente o ajustamento em alta dos preços dos produtos administrados, nomeadamente a tarifa dos transportes semi-colectivos urbanos e suburbanos (21,2%), e o preço da gasolina (1,5%) e do gasóleo (8,3%), o que, combinado com o aumento do preço do carvão vegetal (3,8%), contribuiu em 81 pontos base para a variação mensal registada

no período. No entanto, excluindo os preços das frutas e vegetais e os produtos administrados, manteve-se a tendência de desaceleração da inflação anual, ao situar-se em 1,34%, após 2,07% em Fevereiro de 2018.

Em Fevereiro, o Índice do Clima Económico, que é um indicador dianteiro da actividade económica, melhorou pelo sexto mês consecutivo. Este comportamento continua a reflectir o optimismo dos empresários inquiridos quanto às perspectivas de emprego e procura, podendo sinalizar melhoria da actividade económica no primeiro trimestre do corrente ano.

O mercado cambial doméstico regista uma redução da pressão cambial, em resultado das recentes medidas de políticas tomadas pelo Banco de Moçambique. Depois de ter atingido o pico de 62,92 MZN/USD no dia 15 de Março, a taxa de câmbio média praticada pelos Bancos Comerciais com o público situou-se em 60,98 MZN/USD no dia 10 de Abril. No mesmo período, a cotação do ZAR passou de 5,30 MZN para 5,05 MZN.

A liquidez restrita do sistema bancário manteve a tendência para redução, num contexto em que o crédito à economia permaneceu estagnado. Desde o último CPMO, realizado em Fevereiro, o Banco de Moçambique intensificou o accionamento dos instrumentos dos mercados interbancários que, a par da emissão de Obrigações do Tesouro, contribuiu para a contracção das reservas livres dos bancos comerciais. Dados de Fevereiro

mostram que, em termos anuais, o crédito bancário ao sector privado mantém a tendência para estagnação.

As Reservas Internacionais do Banco de Moçambique continuam em níveis confortáveis. Não obstante as vendas efectuadas pelo Banco de Moçambique no mercado cambial, essencialmente para combustíveis, e o pagamento do serviço da dívida pública externa, o saldo das reservas internacionais brutas situou-se em USD 3.260 milhões em finais do primeiro trimestre, cifra suficiente para cobrir 7,2 meses de importações de bens e serviços, excluindo as transacções dos grandes projectos.

II. A nível interno, mantém-se o risco associado à sustentabilidade da dívida pública, bem como as incertezas quanto à evolução dos preços dos bens administrados. Dados recentes indicam que o endividamento público incrementou para 107.823 milhões de MZN em Março, após 104.697 milhões de MZN em Fevereiro de 2018. Na componente externa, destacam-se os riscos associados às recentes manifestações de protecção no comércio internacional, bem como à volatilidade do USD e dos preços das commodities no mercado internacional. (Fonte: Banco de Moçambique, Comunicado do Comité da Política Monetária - N. 2/2018 11 de Abril 2017).

Acerca de Banco Letshego, SA (BL)

A entidade foi constituída em Moçambique nos termos do Código Comercial sob o Decreto-Lei 02/2005 de 27 de Dezembro de 2005, Capítulo VI e Lei das Instituições

Financeiras 15/99 de 1 de Novembro, alterada pela Lei 09/2004 de 21 de Julho de 2004, e especificamente o regulamento de Instituições de microfinanças ao abrigo do Decreto 57/2004 de 10 de Dezembro de 2004 contudo em Setembro de 2016 o Banco de Moçambique autorizou a conversão da licença de micro Banco para banco Comercial. A entidade foi licenciada pelo Banco Central de Moçambique para operar como um Banco Comercial a partir de Setembro de 2016 e tem como accionistas, o Letshego Holdings Limited, a Timbila Design, Lda. e 3 (três) Accionistas particulares como poderão apreciar nas Demonstrações Financeiras parte deste relatório.

Letshego holdings Limited (LHL) o maior accionista e é um grupo de serviços financeiros pan africano com a sede em Gaborone - Botswana, e foi constituído em 1998 inscrito na bolsa de valores Botswana em 2002 sendo actualmente a segunda maior com capitalização bolsista. E actualmente contém activos totais de aproximadamente 800 milhões de dólares americanos onde o foco foi a diversificação de soluções com ênfase no crédito a funcionários do sector privado, crédito a Educação concretamente a Escolas, o lançamento do agente bancário, a captação de depósitos por forma a garantir um custo de fundos mais reduzido, consolidação da aquisição da subsidiária Ghana e Nigéria, a emissão de acções na subsidiária Namíbia. Resultados encorajadores no grupo mostram um crescimento da carteira de crédito em 16% e um crescimento de juros líquidos em 15%, um rácio de eficiência de custo e proveito de 40%, rentabilidade de

capitais próprios de 17%, imparidade de crédito de 3% e um rácio de solvabilidade de 48%.

Banco Letshego, SA é uma das 11 subsidiárias pertencentes ao grupo Letshego Holdings Limited na África Austral e África do Este a saber Botswana, Quênia, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Nigéria, Uganda e Gana.

Letshego é uma palavra Setswana que significa suporte, que melhora a capacidade do grupo em efectuar parcerias com indivíduos assim como micro e pequenas empresas providenciando soluções financeiras diversificadas. No Letshego, oferecemos apoio financeiro aos nossos clientes. Nossa nova marca é uma descrição mais forte, mais ousada e mais moderna do tripé Letshego - representa o "delta" ou diferença que entregamos, construído com três princípios:

- Uma Base Forte - representa o facto de que nossas operações são construídas sobre uma base sólida de experiência operacional e estabilidade.
- Movimento para cima e para a frente - Estamos comprometidos com nossos clientes e pretendemos expandir nossa franquia tanto para alcançar o sucesso financeiro quanto para melhorar a vida através da oferta de soluções simples, adequadas e acessíveis.
- Parcerias com as partes interessadas - Nossa abordagem ao crescimento baseia-se em fomentar parcerias com as partes interessadas, que são fundamentais para nos permitir alcançar nossa visão

de ser um dos principais provedores de serviços financeiros africanos.

Com uma contínua reacção positiva do mercado e, ao fim do sétimo exercício económico, Banco Letshego Moçambique regista uma carteira de crédito líquida de 6.069 milhões de meticais (2016: 4.918 milhões de meticais) e 79.123 clientes (2016: 66.873 clientes) rácio custo proveito de 31% e um rácio de Solvabilidade de 27% ao final do exercício económico de 2017.

Foi lançado o agente bancário do Banco Letshego denominado "Letsgo" combinando uma solução "all in 1" a qual mediante abertura de conta dispõe aos clientes o acesso a pagamento de serviços e terceiros, empréstimos, poupança e num futuro breve seguros de protecção familiar.

Rede de Balcões em Moçambique

O Banco Letshego, SA está hoje em todas capitais provinciais e abriu em 2017 o cash center no "Balcão Atinea" em 2017 somando assim 13 pontos de acesso e 136 agentes bancários nas províncias de Inhambane, Maputo e Gaza.

Sendo um pioneiro no crédito consignado em Moçambique, temos cuidadosamente estabelecido políticas e procedimentos internos para assegurar que os nossos clientes não estejam endividados acima de sua capacidade de pagamento, e que assim o crédito seja um instrumento para a melhoria da vida e a liberdade económica. Acreditamos que a concessão de crédito

ao consumo responsável faz uma parte integral no desenvolvimento económico do país e na evolução de uma verdadeira classe média.

Síntese dos Resultados Financeiros e Operacionais

O Letshego alcançou resultados excelentes no seu quarto exercício, atingindo um resultado líquido positivo no valor de 247 milhões de meticais (2016: 338.3 milhões de meticais). Foi registado provisões de imparidade de 138 milhões de meticais (2016: (6.2) milhões de meticais). Importa realçar que iniciou se em 2017 com a implementação parcial da norma contabilística NIRF 9. A sua fonte de financiamento é diversificada entre Fundos de Bancos Comerciais, Depósitos de de clientes e um empréstimo subordinado do Sócio maioritário Letshego Holdings Limited.

Em 2017, O Banco Letshego participou na XVII Edição do Ranking das Maiores Empresas publicado pela firma KPMG, tendo sido alcançado nessa edição o ranking de 53ª empresa dentre as 100 contra os 61º lugar da edição anterior para além de ter sido considerada o Banco com melhor eficiência em 2016 segundo a pesquisa do Sector bancário também da KPMG. Em 2017 foi galardoado como a 2ª melhor empresa na contribuição fiscal na categoria de médios contribuintes.

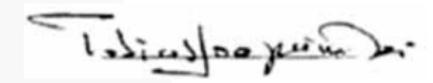
Ao avaliar o que realizamos em 2017 notamos que o caso particular da economia moçambicana a deterioração do

ambiente macroeconómico com o custo de financiamento quase aos 29% por ano criou um impacto negativo nos resultados do Banco na medida em que os custos de financiamento aumentaram numa proporção inversa ao crescimento dos activos.

Agradecemos as nossas partes interessadas a saber o regulador, o governo, os nossos clientes, nossos colaboradores, a comunidade e nosso fornecedores, parceiros estes que continuarão a ser indispensável para o êxito do nosso negócio.

Para o Banco Letshego, SA, garantir uma boa experiência ao cliente é uma missão importante, e fazemos votos de continuar a cumprir o nosso papel e brevemente uma gama maior de produtos e serviços ser-lhe-ão oferecidos contribuindo para redução das necessidades dos nossos clientes reduzindo distancias e custos nas suas transacções bancárias, e deste modo fazer parte da alegria de melhorar a vida de cada um, que converge com o objectivo do governo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Juntos melhoramos vidas.



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Banco Letshego, SA

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais vigentes do Código Comercial artigo 437º número 1, secção b) conjugado com a Lei das Instituições Financeira 15/99 de 1 de Novembro revogado pela Lei 09/2004 de 21 de Julho e as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Accionistas do Banco Letshego, SA ("a Instituição") o seu relatório sobre a inspecção da Instituição, bem como a avaliação e parecer sobre as demonstrações financeiras anuais, nomeadamente as Demonstrações da Posição Financeira, do Rendimento Integral, dos Fluxos de Caixa e das Alterações no Capital Próprio, anexo às contas e o relatório do Conselho para o sexto ano findo em 31 de Dezembro de 2017, desde o início do negócio.

O Conselho Fiscal, após análise das demonstrações financeiras anuais e dos relatórios listados acima, considerou os seguintes aspectos de serem de interesse para resumo:

- Foi reportado rendimento líquido de juros de 884,241 mil Meticais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (2016: 746,559 mil);
- Lucro após impostos no montante de 246,693 mil Meticais do ano findo em 31 de Dezembro de 2017 (2016: 338,345 mil);
- Carteira de crédito líquido representa 93% dos activos totais da Instituição (6,501,981 milhares de Meticais) (2016: 90 % do total de activos de 5,462,793 milhares de Meticais) e um universo de cerca de 79,123 clientes activos em 31 de Dezembro de 2017 (2016: 66,873) clientes activos;
- Carteira de depósitos de 73,126 milhares de Meticais correspondentes 18083 clientes particulares e 95 clientes institucionais a 31 de Dezembro de 2017 (2016: 33,203 milhares de Meticais e 3480 clientes particulares e 3 clientes institucionais)
- A Instituição manteve a sua rede de agências em 13 balcões em todo o país até 31 de Dezembro de 2017 (2016: 13 agências) e criou 140 Agentes Bancários.

O Conselho Fiscal depois avaliou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, conforme auditadas por auditores externos independentes, da PRICEWATERHOUSECOOPERS. O parecer da PRICEWATERHOUSECOOPERS indica o seguinte:

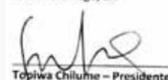
- Que a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017 reflectiu um total de activos no valor de 6,501,981 mil Meticais (2016: 5,462,793 mil Meticais), o que reflecte exactamente a situação financeira da Instituição;
- Que a Demonstração do Rendimento Integral reflecte um lucro líquido após impostos de 246,693 mil Meticais (2016: 338,345 mil Meticais);

- Que a Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra que os fluxos de caixa líquidos decorrentes de actividades operacionais, de investimento e de financiamento foram no montante de 247,144 mil Meticais (2016: 308,694 mil Meticais) no ano findo a 31 de Dezembro de 2017;
- Que Demonstração Financeiras mostraram o crescimento da carteira de depósitos em 120% de 33,203 milhares de Meticais para 73,126 milhares de Meticais;
- Que a Demonstração das Alterações no Capital Próprio reflecte o Capital Próprio no montante de Assim, como corolário das verificações com base na informação fornecida ao Conselho Fiscal, o seu parecer é o seguinte:

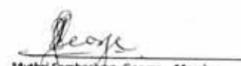
- Que as Demonstrações da Posição Financeira, do Rendimento Integral, dos Fluxos de Caixa e das Alterações no Capital Próprio apresentam razoavelmente, em todos aspectos relevantes, a posição financeira do Banco Letshego, SA em 31 de Dezembro de 2017 e os resultados das suas operações, as alterações no seu activo líquido e as fontes e o uso dos seus recursos no exercício então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- Que a Assembleia Geral aprova uma reserva legal estatutária de 15% sobre os resultados transitados auditados do ano findo a 31 de Dezembro de 2017, equivalentes a 37,004 mil Meticais (2016: 50,752 mil Meticais);
- Transferencia de 85% dos Lucros para resultados acumulados para permitir o crescimento da companhia e fortalecer o rácio de solvabilidade.
- Recomenda-se que a Assembleia Geral aprove o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras anuais auditadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

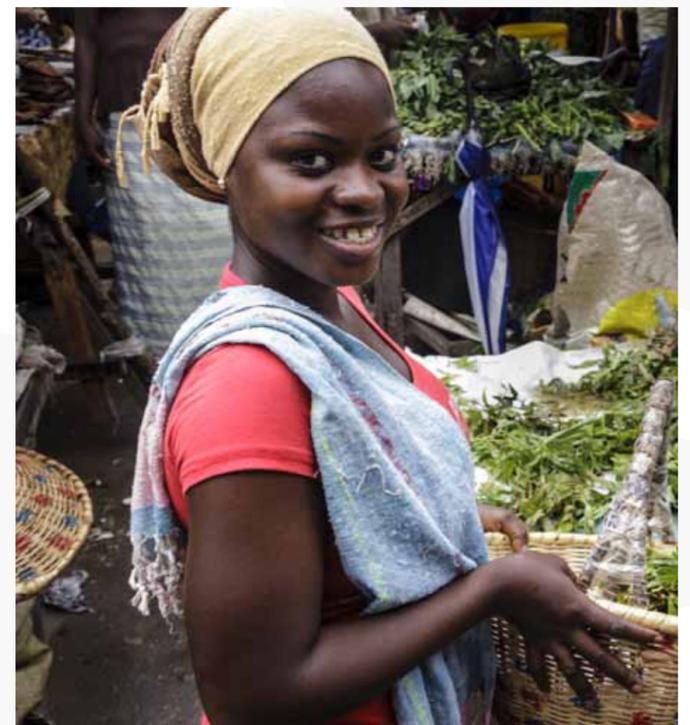
Botswana -Gaborone, aos 12 de Março de 2017

O Conselho Fiscal
Banco Letshego, SA


Topiwa Chilume - Presidente


Simon Kioko - Membro


Mythri Sumbaswani George - Membro





Dedicado a prover soluções financeiras inclusivas

RELATÓRIO DOS AUDITORES



Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do Banco Letshego, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Letshego, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., apresentadas nas páginas 8 a 43, que compreendem:

- o balanço em 31 de Dezembro de 2017;
- a demonstração do rendimento integral para o ano então findo;
- a demonstração das variações nos capitais próprios para o ano então findo;
- a demonstração dos fluxos de caixa para o ano então findo;
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e com o Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório dos Administradores e a Declaração de Responsabilidade dos Administradores e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

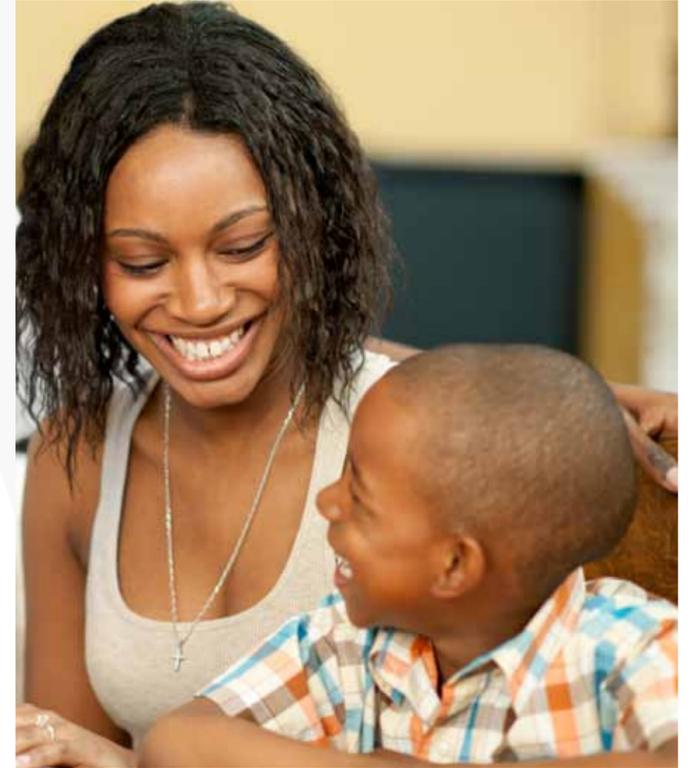
Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.
Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:

José Azevedo
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012
Maputo, 14 de Março de 2018

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 11875 - N.º: 40009516 - Capital Social: 58.000,00 MZN



Dedicado a prover soluções financeiras inclusivas ao sector da Educação em Moçambique

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores apresentam o seu relatório em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para o exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017, que ilustra a situação

1. INCORPORAÇÃO E SEDE

O Banco foi incorporado em Moçambique nos termos do Código Comercial sob o Decreto-Lei 02/2005 de 27 de Dezembro de 2005, Capítulo VI e Lei das Instituições Financeiras 15/99 de 1 de Novembro, alterada pela Lei 9/2004 de 21 de Julho de 2004, e o regulamento de Instituições de Microfinanças ao abrigo do Decreto 57/2004 de 10 de Dezembro de 2004. O Banco obteve a licença do Banco de Moçambique para operar como banco comercial em Setembro de 2016.

2. VISÃO

O Banco Letshego pretende ser líder em África em serviços financeiros inclusivos, acessíveis, de elevada qualidade e apropriados.

3. MISSÃO

A nossa missão é encorajar o trabalho árduo e a honestidade, a coragem e o "fair play", não por caridade, mas pelo bem comum de cada cidadão Moçambicano.

4. NATUREZA DO NEGÓCIO

O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazo sem garantia para os funcionários do sector público e privado.

O Banco também está licenciado para negociar todos os produtos e serviços de um banco comercial e actualmente aceita depósitos através da sua solução integrada "LetsGo", bem como iniciou sua própria solução de agente bancário.

actual do Banco Letshego, S.A. ("Banco Letshego" ou "Banco") até à presente data. O Banco foi constituído em Fevereiro de 2009, tendo iniciado as suas operações em Fevereiro de 2011.

5. ADMINISTRADORES

Até à data do presente relatório, os Administradores que exerceram as suas funções durante o exercício, excepto quando indicado em contrário, são os seguintes:

6. GOVERNAÇÃO

A manutenção formal de elevados padrões de ética empresarial na condução dos negócios do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração.

Para tanto, o Banco aplica a Estrutura de Governação Corporativa do Grupo para os Órgãos Subsidiários, a qual se encontra alinhada com o Código de Governação Corporativa King III e às melhores práticas recomendadas internacionalmente.

A Estrutura de Governação Corporativa do Grupo para os Órgãos Subsidiários abrange vários princípios e orientações de governação que devem ser seguidas pelo Banco quanto à conduta do Conselho de Administração, composição, etc. Tanto o Conselho de Administração como a gestão devem avaliar constantemente os procedimentos de controlo e de gestão de risco, garantindo a implementação e revisão regular desses regulamentos.

Todos os administradores podem, por conta do Banco, prestar aconselhamento profissional independente, conforme exigido no âmbito das suas funções.

O Conselho de Administração é responsável pela manutenção de controlos internos sólidos, pela gestão de risco, pela preparação e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos e pelo estabelecimento de políticas e objectivos significativos. Por conseguinte, tem um controlo completo e efectivo do Banco, sendo responsável pelo seu desempenho a todas as partes interessadas.

7. GESTÃO

Conforme divulgado na primeira página deste Relatório, o Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, dos quais quatro são não-executivos e apenas um é executivo.

O Administrador executivo é o Administrador Delegado do Banco. Actualmente, dois Administradores não-executivos são independentes. O Banco Letshego estabeleceu um Conselho Fiscal, composto por três membros, que reporta à Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é responsável por examinar as demonstrações financeiras e outros relatórios financeiros e supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do Conselho de Administração pelo menos trimestralmente, entre outras funções relacionadas com a supervisão do controlo interno do Banco.

Nome	Cargo	Comentários
General Tobias J. Dai*	Presidente do CA	Nomeado em Janeiro de 2011
David Seie*	Membro não-executivo	Nomeado em Setembro de 2017
Jane Grob****	Membro não-executivo	Nomeado em Abril de 2016
Chipiliro V. Katundu**	Membro executivo (CEO)	Nomeado em Abril de 2013
Allan C. M. Low ***	Membro não-executivo	Nomeado em Novembro de 2014

* Moçambicano
** Malawiano
*** Britânico
**** Suíço

8. ESTRUTURA ACCIONISTA

7,132,334 acções ordinárias autorizadas de MZN 30 cada.

A estrutura accionista do Banco Letshego é a seguinte:

	2017	2016
	%	%
Letshego Holdings Limited	97.94	97.94
Timbila Design, Limited	0.92	0.92
General Tobias Joaquim Dai	0.50	0.50
Shawn Bruwer - Letshego Holdings Limited nominee	0.42	0.42
Joaquim Mataruca	0.22	0.22

A Letshego Holdings Limited é uma entidade constituída na República do Botswana e cotada na Bolsa de Valores do Botswana.

9. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO

A Administração pretende manter o crescimento regular dos seus activos remunerados através de uma estratégia de marketing e de uma cada vez melhor rede de agências. Este programa inclui o crescimento da rede de agentes e atracção de mais depósitos de clientes, fornecendo soluções simples e acessíveis, através de uma agenda de inclusão financeira.

10. PERFORMANCE DO EXERCÍCIO

O Banco obteve um resultado líquido do exercício que ascendeu a 247 milhões de meticaís (2016: 338 milhões de meticaís). Em 31 de Dezembro de 2017, o total de activos é de 6 534 milhões de meticaís (2016: 5 463 milhões de Meticaís), impulsionado sobretudo pelo aumento da carteira de crédito a clientes.

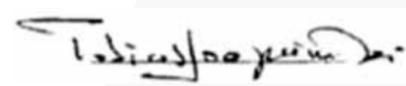
11. RESULTADOS E DIVIDENDOS

Durante o exercício, o Banco obteve um resultado líquido de 247 milhões de meticaís (2016: 338 milhões de meticaís). O Conselho de Administração não propõe qualquer distribuição de dividendos relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

12. SOLVÊNCIA

O Conselho de Administração confirma que as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas e que as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade. O Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que o Banco dispõe de recursos adequados para prosseguir a sua actividade operacional num futuro previsível.

Em representação do Conselho de Administração



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



David Seie
Administrador

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2017, a demonstração do rendimento integral, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação adequada e apropriada das demonstrações financeiras que se encontrem isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema

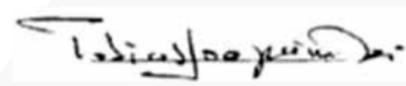
eficaz de gestão de risco.

Os administradores efectuaram uma avaliação da capacidade do Banco em manter-se a operar segundo o princípio da continuidade, não tendo identificado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo este princípio no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 14 de Março de 2018 e serão assinadas em seu nome por:



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



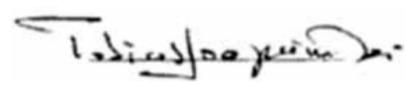
David Seie
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Notas	2017	2016
		MZN	MZN
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	46,125,991	25,526,466
Disponibilidades em outros bancos	8	201,018,402	283,167,297
Activos financeiros disponíveis para venda	9	6,327,465	2,682,200
Crédito a clientes	10	6,069,190,299	4,918,520,452
Outros activos tangíveis	11	36,173,320	19,908,970
Activos intangíveis	12	65,623,580	40,095,860
Activos por impostos corrente	27	32,621,340	-
Outros activos	13	77,522,137	172,892,080
Total de activo		6,534,602,534	5,462,793,325
Passivo e Capital próprio			
Passivo			
Depósitos de clientes	14	73,125,783	33,203,271
Empréstimos de outros bancos	15	1,567,377,394	844,708,528
Responsabilidades representadas por títulos	16	72,122,456	72,373,659
Passivos por impostos correntes	27	-	25,877,988
Passivos por impostos diferidos	27	11,937	1,429,964
Outros passivos	17	132,132,263	145,750,774
Acções preferenciais	18	2,526,141,432	2,470,000,000
Dívida subordinada	19	327,697,139	277,319,998
Total de passivo		4,698,608,404	3,870,664,182
Capital próprio			
Capital social	20	213,970,020	213,970,020
Prémio de emissão	20	524,000	524,000
Reservas	21	220,655,755	172,732,300
Resultados transitados		1,154,151,144	866,558,283
Resultado líquido do exercício		246,693,211	338,344,540
Total de capital próprio		1,835,994,130	1,592,129,143
Total de passivo e capital próprio		6,534,602,534	5,462,793,325



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



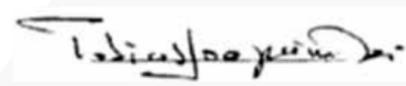
David Seie
Administrador

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O ANO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Notas	2017	2016
		MZN	MZN
Juros e rendimentos similares	22	1,861,974,880	1,442,001,024
Juros e encargos similares	22	(977,733,450)	(695,441,869)
Margem financeira		884,241,430	746,559,155
Imparidade de crédito	10	(138,296,572)	6,273,848
Margem financeira após imparidade de crédito		745,944,858	752,833,003
Rendimento de taxas e comissões	23	64,205,891	51,316,391
Gastos com taxas e comissões	23	(91,336,968)	(22,471,749)
Resultado de taxas e comissões		(27,131,077)	28,844,642
Resultados de reavaliação cambial		(3,382,780)	(2,207,175)
Outros resultados operacionais	24	88,607,404	23,130,001
Produto bancário		804,038,405	802,600,471
Gastos com pessoal	25	(173,196,126)	(125,113,132)
Gastos gerais administrativos	26	(245,041,232)	(129,482,824)
Depreciações e amortizações	11, 12	(11,869,911)	(11,609,792)
Resultado antes de imposto		373,931,136	536,394,723
Imposto sobre o rendimento	27	(127,237,925)	(198,050,183)
Resultado líquido do exercício		246,693,211	338,344,540
Outros rendimentos integrais	27	-	-
Rendimento integral do exercício		246,693,211	338,344,540

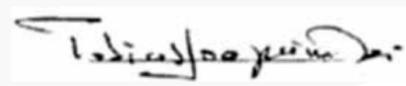
O Balanço acima deverá ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras constantes das páginas 12 a 43.



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



David Seie
Administrador



Tobias J. Dai
Presidente do Conselho de Administração



David Seie
Administrador

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O ANO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reserva de pagamento baseado em acções	Resultados transitados	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	213,970,020	524,000	85,406,947	5,221,786	934,073,386	1,239,196,139
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	338,344,540	338,344,540
Transferência para reserva legal	-	-	67,515,103	-	(67,515,103)	-
Plano de incentivos de longo-prazo	-	-	-	14,588,464	-	14,588,464
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	213,970,020	524,000	152,922,050	19,810,250	1,204,902,823	1,592,129,143
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	213,970,020	524,000	152,922,050	19,810,250	1,204,902,823	1,592,129,143
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	246,693,211	246,693,211
Transferência para reserva legal	-	-	50,751,681	-	(50,751,681)	-
Plano de incentivos de longo-prazo	-	-	-	2,828,226	-	2,828,226
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	213,970,020	524,000	203,673,731	16,982,024	1,400,844,355	1,835,994,130

O Balanço acima deverá ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras constantes das páginas 12 a 43.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O ANO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Notas	2017	2016
		MZN	MZN
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos/(pagamentos) de juros		989,796,619	1,174,236,889
Recebimentos/(pagamentos) de taxas e comissões	23	42,424,828	28,844,642
Pagamentos a funcionários e fornecedores		(487,793,547)	(254,595,956)
Impostos pagos	27	(187,155,279)	(261,185,582)
Varição líquida do crédito a clientes		(1,288,966,419)	(382,041,388)
Varição líquida de recursos		39,922,512	24,110,480
Varição líquida de outros activos		95,369,941	(38,884,657)
Varição líquida de outros passivos		(16,446,737)	61,113,640
Fluxos de caixa líquidos de actividades operacionais		(812,848,082)	351,598,068
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos disponíveis para venda		(3,645,265)	(1,150,000)
Aquisição de outros activos tangíveis	11	(24,856,727)	(5,610,204)
Aquisição de activos intangíveis	12	(28,804,967)	(27,807,086)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de investimento		(57,306,959)	(34,567,290)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos		2,564,787,786	-
Reembolso de empréstimos		(1,735,600,347)	(196,726,749)
Emissão de títulos de dívida		-	-
Pagamento de cupões de títulos de dívida		(20,581,768)	(9,920,453)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		808,605,671	(206,647,202)
Caixa e equivalentes de caixa			
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(61,549,370)	110,383,576
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		308,693,763	193,310,187
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano		247,144,393	308,693,763
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	46,125,991	25,526,466
Disponibilidades em outros bancos	8	201,018,402	283,167,297

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - O Banco

O Banco Letshego, S.A. (o "Banco") tem sede em Moçambique, na Avenida Fernão Magalhães, n.º 3137, Maputo. O Banco está envolvido na provisão de empréstimos de curto e médio prazo sem garantias a empregados do sector público.

2 - Bases de apresentação

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Conformidade com as NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras estão em conformidade com as NIRF tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados na moeda do ambiente económico

principal em que o Banco opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais (MZN), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Letshego.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e crie pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores reportados de activos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e em vários outros factores considerados razoáveis na circunstância específica, e cujos resultados constituem a base para efectuar julgamentos acerca de valores contabilísticos de activos e passivos que não seriam evidentes a partir de fontes diferentes.

Os resultados reais poderão diferir destas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas se a revisão afectar apenas esse período ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afectar os períodos actuais e futuros. As informações acerca de estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas estão descritas na Nota 5 das demonstrações financeiras.

Políticas contabilísticas significativas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data das transacções.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira à data de balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data da transacção. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamentos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transacção. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

b) Rendimentos e encargos de juros

Os juros e rendimentos similares e juros e encargos similares são reconhecidos em lucros e prejuízos utilizando o método da taxa de juro efectiva. A 'taxa de juro efectiva' é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para a quantia registada do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não são consideradas as perdas de crédito futuras esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos de transacção e honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem juros em passivos e activos financeiros mensurados ao custo amortizado calculado com base na taxa de juro efectiva. D

Os rendimentos com juros resultantes de depósitos são obtidos numa base de acréscimo à taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

c) Taxas e comissões

O Banco obtém rendimentos de taxas e comissões de clientes e operações de crédito.

Os rendimentos de taxas e comissões e custos que são parte integrante do juro efectivo em activos ou passivos financeiros são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva.

As taxas e comissões, relacionados principalmente com a transacção e taxas de serviço, são reconhecidos em acréscimos quando o serviço é prestado.

d) Activos e passivos financeiros

i) Reconhecimento

O Banco reconhece inicialmente os créditos a clientes, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor, acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii) Classificação

O Banco classifica os seus activos financeiros numa das seguintes categorias:

- empréstimos e valores a receber;
- detidos até à maturidade;

- disponíveis para venda; e
- ao justo valor através de resultados, e nesta categoria da seguinte forma:
 - detidos para negociação; ou
 - designados ao justo valor através de resultados.

O Banco classifica os seus passivos financeiros, com excepção das garantias financeiras e compromissos de empréstimo, ao custo amortizado ou justo valor através de resultados.

iii) Desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecido como um activo ou passivo separado no balanço.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou expirarem.

O Banco efectua operações nas quais transfere activos reconhecidos em balanço, mas mantém todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou parte deles. Se todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios forem mantidos, os activos transferidos não serão desreconhecidos do balanço. As transferências de activos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios incluem, por exemplo, empréstimos de títulos e transacções de recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro através de um swap de taxa de retorno total, a transacção é contabilizada como uma operação de financiamento com garantia, similar a uma transacção de recompra. Nas transacções em que o Banco não mantém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro, desreconhece o activo se o controlo sobre o mesmo for perdido.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como activos e passivos, conforme apropriado. Em transferências em que o controlo sobre o activo é mantido, o Banco continua a reconhecer o activo enquanto mantiver um envolvimento contínuo, determinado pela dimensão a que se encontra exposto a alterações de valor do activo transferido.

Em certas transacções, o Banco pode manter a obrigação de gerir um activo financeiro transferido mediante uma comissão. O activo transferido é desreconhecido na sua totalidade se satisfizer os critérios de desreconhecimento.

O Banco também desreconhece certos activos quando reconhece encargos de saldos relativos a activos considerados incobráveis. As comissões, relativas sobretudo a taxas sobre transacção e serviços, são reconhecidas aquando da prestação do serviço.

iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar em base líquida ou realizar o activo e liquidar a responsabilidade simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas em base líquida apenas quando permitido pelas normas contabilísticas, ou por ganhos e perdas resultantes de um grupo de transacções semelhantes, nomeadamente na actividade de negociação do Banco.

v) Mensuração do custo amortizado

O custo amortizado do activo e passivo financeiro é o valor pelo qual um activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer perda por imparidade.

vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o montante que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes de mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso ao qual a entidade tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, a entidade mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma regular.

Se um mercado para um instrumento financeiro não for activo, o Banco estabelece o justo valor usando

uma técnica de valorização. As técnicas de valorização incluem a utilização de transacções recentes entre partes bem informadas e dispostas a efectuar a transacção (se disponíveis), referência ao justo valor actual de outros instrumentos substancialmente semelhantes, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções.

A técnica de valorização seleccionada é aquela que utiliza o maior número de pressupostos de mercado e baseia-se o mínimo em estimativas subjectivas do Banco, incorpora todos os factores que os participantes de mercado considerariam na definição de um preço e é consistente com metodologias económicas geralmente aceites para a determinação de preços de instrumentos financeiros. Os pressupostos utilizados nas técnicas de valorização representam de forma razoável as expectativas de mercado e as medidas de factores risco-retorno inerentes ao instrumento financeiro.

vii) Identificação e mensuração de imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se existe evidência objectiva de que os activos financeiros não escriturados pelo justo valor através de resultados estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos encontra-se em imparidade quando existe evidência objectiva de que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do activo e que a perda tem um impacto nos futuros fluxos de caixa de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

O Banco considera a evidência de imparidade para crédito em termos específicos e colectivos. Todos os créditos individualmente significativos são avaliados quanto à imparidade específica e aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade incorrida mas ainda não identificada. A imparidade de créditos que não sejam individualmente significativos é avaliada colectivamente, agrupando os empréstimos e adiantamentos com características de risco semelhantes.

O Banco abate um crédito quando se determina que não há perspectiva realista de recuperação.

Evidência objectiva de que activos financeiros têm imparidade pode incluir incumprimento de um pagamento por parte da contraparte, reestruturação de um crédito ou adiantamento efectuado pelo Banco em condições não favoráveis, indicação de que o mutuário ou emissor entrará em falência ou outros dados observáveis relacionados com um grupo de activos, tais como, alterações adversas no estado dos pagamentos ou condições económicas associadas a incumprimento.

Ao avaliar a imparidade colectiva, o Banco utiliza um modelo estatístico de tendências históricas da probabilidade de incumprimento, o prazo de recuperação e os valores de perda incorridos, e faz um ajustamento se as condições económicas correntes e de crédito são de tal ordem que as perdas reais sejam maiores ou menores do que o sugerido pelas tendências históricas. As taxas de incumprimento, as taxas de perda e o tempo esperado das recuperações futuras são regularmente comparadas face aos resultados efectivos para garantir que se mantêm apropriadas.

As perdas por imparidade em activos mensurados pelo custo amortizado são calculadas pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas em resultados e reflectidas numa conta de provisões para imparidade. Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade atribuíveis à aplicação do método do juro efectivo são reflectidos como componente de juros obtidos.

e) Pagamentos em locação

Os pagamentos efectuados respeitantes as locações operacionais são reconhecidos nos resultados numa base de quotas constantes durante o período da locação. Os incentivos de locação recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de locação, pelo prazo do contracto de locação.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são alocados entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. O custo financeiro é alocado a cada período durante o prazo da locação de forma a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos em locações contingentes são reconhecidos através da revisão dos pagamentos mínimos da locação durante o prazo remanescente do contracto da locação, aquando da confirmação do ajustamento da locação.

f) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. É reconhecido nos resultados ou prejuízos excepto para os itens reconhecidos directamente no capital próprio ou em outros resultados integrais.

ii) Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajustamento aos impostos a pagar ou a receber respeitantes aos anos anteriores. É mensurado utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na data de balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto resultante de dividendos.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido relativamente às diferenças temporárias entre as quantias escrituradas de activos e passivos para finalidades de relato financeiro e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e que não afecte nem a contabilidade nem o lucro tributável.

Os impostos por activos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de balanço e reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

O imposto diferido é mensurado pelas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na data de balanço.

A mensuração do imposto diferido reflecte as consequências fiscais que resultariam da forma como o Banco espera, à data de balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os impostos adicionais que decorram da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagamento associada é reconhecida. Estes montantes são geralmente reconhecidos em resultados uma vez que geralmente estão relacionados com rendimento decorrente de transacções que originalmente foram reconhecidas em resultados.

iii) Exposições fiscais

Ao determinar o montante do imposto corrente e diferido, o Banco considera o impacto das exposições fiscais, incluindo os impostos adicionais e juros que possam ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A disponibilidade de nova informação pode originar a alteração do julgamento feito pela entidade quanto à adequação de passivos fiscais existentes e como consequência eventuais mudanças nas obrigações fiscais teriam impacto nos custos fiscais no período em que a determinação é feita.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de caixa compreendem os saldos em numerário e os depósitos, os saldos em numerário e os depósitos no Banco Central e os outros activos altamente líquidos com maturidade até três meses ou menos, a partir da data de aquisição, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do seu justo valor e são usados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são apresentados pelo custo amortizado no Balanço.

h) Crédito a clientes

O crédito a clientes é um activo financeiro não derivado com pagamentos fixos ou determináveis que não é mantido para negociação e que o Banco não tem intenção de vender imediatamente ou num futuro próximo.

O crédito a clientes é inicialmente mensurado pelo custo amortizado e custos incrementais directamente atribuíveis à transacção, e subsequentemente mensurado pelo seu custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva, menos perdas acumuladas excepto quando o Banco opta por realizar o crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

i) Outros activos

Os outros activos compreendem os pagamentos antecipados e os depósitos que possam surgir durante o curso normal da actividade. Os outros devedores são reconhecidos quando o Banco obtém o controlo de um recurso em resultado de eventos passados e a partir do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para o Banco no ano financeiro.

Os outros activos são inicialmente mensurados pelo justo valor mais os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, as outras contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, deduzido das perdas por imparidade acumuladas.

j) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados ao custo menos

qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui despesas directamente atribuíveis à aquisição de um activo.

Se as partes significativas de um activo tangível tiverem diferentes vidas úteis esses itens são contabilizados como um item separado.

Os ganhos e perdas provenientes da alienação são calculados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e a quantia escriturada do activo e reconhecidos em resultados.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios económicos

	Vida útil	Taxa de depreciação
Computadores	3 anos	33.33%
Mobiliário de escritório	4 anos	25.00%
Equipamento de escritório	5 anos	20.00%
Melhorias em edifícios arrendados	3 anos	33.33%
Veículos	4 anos	25.00%

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados se apropriado. Quando o valor contabilístico de um activo é superior ao seu valor recuperável estimado, é registada uma perda por imparidade. Os ganhos e perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação entre o recebimento da venda e o valor contabilístico e são reconhecidos líquidos de outros rendimentos na demonstração do rendimento integral.

I Activos intangíveis

Software

O software adquirido pelo Banco é contabilizado ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Banco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e usar o software de uma maneira que irá gerar benefícios económicos futuros, e pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software, incluindo os custos de empréstimos capitalizados, e são amortizados durante a respectiva vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios económicos incorporados no activo específico a que se refere.

Todas as outras despesas são registadas quando incorridas. O software é amortizado com base no método de quotas constantes em resultados durante a vida útil estimada do software, a partir da data em que está disponível para uso uma vez que esta é a que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos incorporados no activo específico. A vida útil estimada do software não ultrapassa três anos.

Os métodos de amortização, vida útil e os valores residuais são reavaliados no final de cada exercício financeiro e ajustados, se necessário.

m) Imparidade de activos não financeiros

A cada data de balanço, o Banco revê as quantias registadas dos seus activos não financeiros para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado e é reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo menos os custos com a venda futura. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados ao valor actual usando uma taxa de desconto antes de impostos que é reflectida nas avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e nos riscos específicos para os activos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade de um activo que não seja o goodwill é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada, líquida de depreciação ou amortização, que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado e for muito

futuros dos gastos fluam para a entidade. Os encargos com obras e manutenção são registadas em custos quando incorridos.

As melhorias em edifícios arrendados são amortizadas ao longo do prazo do contracto de arrendamento. As melhorias em edifícios arrendados relacionam-se com as melhorias que são feitas em propriedades arrendadas.

A depreciação é calculada através da amortização do custo menos os seus valores residuais estimados, utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada, e é geralmente reconhecido em resultados. As vidas úteis estimadas de activos tangíveis significativos são as seguintes:

provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação.

As provisões são determinadas por meio de desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, à taxa antes do efeito do imposto que reflecte a avaliação do mercado actual do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, o risco específico do passivo.

o) Custos com benefícios dos empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-reforma em que o Banco paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. As obrigações por contribuições para planos de pensões de contribuição definida são reconhecidas como um gasto em resultados, quando são devidas a título de serviços prestados antes do final do período de reporte.

O Banco contribui para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) em conformidade com os requisitos desta instituição.

Dias de férias

Os direitos dos funcionários que respeitam a férias anuais são reconhecidos quando estes são acumulados pelos funcionários e é feito um acréscimo do passivo estimado relativo a férias anuais relativas aos serviços prestados pelos funcionários até a data de reporte.

Incentivos e bónus

O Banco também tem implementado um esquema de incentivo e bónus aos funcionários. O acréscimo para o incentivo e bónus dos funcionários baseia-se numa política pré-determinada e é reconhecido em acréscimos. O acréscimo de incentivo e bónus a funcionários deve ser liquidado no prazo de doze meses.

Pagamentos baseados em acções

O Banco tem um plano de incentivo de longo prazo liquidado através de acções. Os prémios de acções são concedidos a membros da Administração e pessoal-chave. O número de acções atribuídas está sujeito ao alcance de determinadas metas não comerciais.

O justo valor das acções à data da sua atribuição é reconhecido como um custo com pessoal, com um correspondente aumento no capital próprio durante o período em que os funcionários se tornam titulares condicionais das acções.

O valor reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número efectivo de acções atribuídas na data da sua atribuição.

v) Benefícios de curto prazo

Os benefícios a curto prazo a funcionários são contabilizados como custo quando o serviço associado é prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

p) Custos administrativos associados a salários

Os custos administrativos são cobrados pelo Governo para os descontos nos salários. Estes custos são compensados contra as recuperações efectuadas a partir de clientes. Quando o Banco não é capaz de recuperar a totalidade dos custos administrativos estes são reconhecidos em resultados.

q) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos à medida que os mesmos são recebidos, líquidos de custos de transacção incorridos. Nos períodos subsequentes, os empréstimos são registados pelo custo amortizado utilizando o método do rendimento efectivo. Qualquer diferença entre os recebimentos e o valor de reembolso é amortizado na demonstração do rendimento integral ao longo da vida dos empréstimos.

r) Dividendos

Os dividendos das acções ordinárias são reconhecidos contra o capital próprio no período em que são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos declarados após a data de reporte não são reconhecidos como um passivo no Balanço.

s) Passivos contingentes

O Banco reconhece um passivo contingente quando identifica uma eventual obrigação resultante de eventos passados, e cuja existência será apenas confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que não estejam totalmente sob controlo do Banco, ou não seja provável que uma saída de recursos do Banco seja necessário para liquidar a obrigação, ou o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

4 Normas adoptadas / ainda não adoptadas

a) Novas normas e alterações adoptadas

O Banco adoptou as seguintes normas e alterações pela primeira vez no exercício com início em 1 de Janeiro de 2017.

IAS 7 (alteração), "Demonstração do fluxo de caixa - Iniciativa de divulgação" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as alterações nos passivos resultantes de actividades de financiamento, desagregadas entre variações de caixa e alterações não monetárias e como se reconcilia com os fluxos de caixa reportados das actividades de financiamento, na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento' - Reconhecimento de impostos diferidos activos por perdas não realizadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta emenda esclarece como contabilizar os activos fiscais diferidos relacionados aos activos mensurados pelo valor justo, como estimar os lucros tributáveis futuros quando as diferenças temporárias dedutíveis existem e como avaliar a recuperabilidade dos activos fiscais diferidos quando existem restrições na lei tributária.

Melhorias Anuais 2014 - 2016, (geralmente efectivas para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017). Os impactos das melhorias anuais de 2014-2016: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

IFRS 12, "Divulgação de interesse em outras entidades" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta melhoria pretende esclarecer o âmbito da IFRS 12 no que respeita a interesses em entidades no âmbito da IFRS 5 e que a única isenção se refere à divulgação de informação financeira resumida para essas entidades.

b) Normas emitidas mas não são efectivas para o final de 2017 e o Banco não adotou antecipadamente

O Banco está em processo de avaliar o impacto desses padrões nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui a orientação da IAS 39, referente a: (i) classificação e mensuração de activos e passivos financeiros; (ii) o reconhecimento de imparidades de crédito (através do modelo de perdas de crédito esperadas); e (iii) os requisitos e reconhecimento da contabilidade de cobertura.

IFRS 9 (alteração), 'Características de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). A alteração introduz a possibilidade de classificar certos activos financeiros com características de compensação negativa ao custo amortizado, desde que sejam cumpridas condições específicas, em vez de serem classificados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos.

IFRS 15 (nova), 'Receitas de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta nova norma, aplica-se somente a contratos com clientes para fornecer bens ou serviços, e exige que uma entidade reconheça a receita quando a obrigação contratual de entregar os bens ou serviços for satisfeita e pelo valor que reflecte a contraprestação que a entidade espera receber. Seguindo uma abordagem de cinco etapas.

Alterações à IFRS 15 "Receitas de contratos com clientes" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Essas alterações se referem a orientação adicional para determinar as obrigações de desempenho em um contrato, o momento do reconhecimento da receita de uma licença de propriedade intelectual, a revisão dos indicadores para a classificação de agente versus agente e para novos expedientes práticos para simplificar a transição.

IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta nova

norma substitui a IAS 17 por um impacto significativo na contabilização de arrendatários que agora são obrigados a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos de arrendamento e um "direito de uso de ativos" para todos os contratos de arrendamento, excepto por determinados contratos de curto prazo e para ativos de baixo valor. A definição de contrato de arrendamento também mudou, baseando-se no "direito de controlar o uso de um activo identificado".

IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguros (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) 'transacções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração permite às empresas que emitem contratos de seguro a opção de reconhecer em Outros Resultados Abrangentes, em vez de Lucros ou Perdas, a volatilidade que pode aumentar quando a IFRS 9 é aplicada antes da emissão da nova norma de contrato de seguro. Além disso, é concedida uma isenção temporária opcional da aplicação da IFRS 9 até 2021, para as empresas cujas actividades estejam predominantemente ligadas ao seguro, não sendo aplicáveis no nível consolidado.

IFRS 1, 'Primeira adoção das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis.

IAS 28, 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. Esta melhoria também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação da associada ou do empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias.

IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

IAS 23, 'Custos de empréstimos obtidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os activos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros activos qualificáveis.

IFRS 3, 'Concentrações de actividades empresariais' e IFRS 11, 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado.

IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações

em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transacção" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Autoridade Tributária relativamente a imposto sobre o rendimento.

Em caso de incerteza quanto à posição da Autoridade Tributária sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e activos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

5 Estimativas e julgamentos da Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão formulou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir das estimativas. Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua e os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente.

A informação respeitante às estimativas e às principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras é descrita nos pontos seguintes.

a) Estimativas e julgamentos significativos

As áreas que envolvem estimativas significativas são:

- Outros activos tangíveis e activos intangíveis (Notas 11 and 12) respectivamente - estimativa de vidas úteis e valores residuais;
- Impostos correntes (Note 27) - estimativa de activos e passivos por impostos correntes;
- Crédito a clientes (Note 10) - estimativa de imparidade de crédito específica e genérica.

Os saldos que requerem que a gestão formule uma estimativa significativa incluem a avaliação da imparidade de crédito e valores a receber. Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor avaliação e conhecimento da gestão sobre a envolvente actual, as mesmas podem divergir dos valores efectivamente verificados.

As estimativas são alvo de uma avaliação contínua e são baseadas em conhecimento histórico acumulado e outros factores, incluindo a expectativa face a eventos futuros que se espera que sejam razoáveis sob as circunstâncias actuais.

O Banco revê regularmente a sua carteira de crédito e efectua julgamentos ao determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida tendo em conta informação observável que possa ter impacto nos fluxos de caixa futuros. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os montantes e calendarização de fluxos de caixa futuros é revista regularmente de forma a reduzir o risco de existirem diferenças entre as

6 Gestão de risco financeiro

Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco cambial
- Risco de liquidez
- Risco operacional
- Risco de gestão de capital

Esta narrativa apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

a) Estrutura de gestão de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco do Banco.

O Conselho de Administração da Letshego Holdings Limited (a empresa-mãe) constituiu o Comité de Auditoria e de Risco do Grupo ("GARC"), Comité de Recursos Humanos do Grupo ("GHRC"), Comité de Investimento do Grupo ("GIC"), Comité de Nomeações do Grupo ("GNC"), Comité de Gestão do Grupo ("GMC"), Comité de Risco do Grupo ("GRC") e o Comité de Gestão do País ("CMC") que são responsáveis por

desenvolver as políticas de gestão de risco do Banco nas suas respectivas áreas. Todos Comités do Conselho de Administração são constituídos por membros executivos e não executivos, para além dos GMC e GRC da Letshego Holdings Limited; assim como o CMC que é constituído por administradores executivos e gestores séniores e reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas actividades.

A Estrutura de Gestão de Risco do Grupo de Empresas ("ERMF) e Estrutura de Risco Operacional do Grupo ("GORF") foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo e suas subsidiárias, para definir limites e controlos de riscos apropriados e para monitorar riscos e adesão aos limites aprovados.

As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectir mudanças nas condições de mercado, produtos e serviços oferecidos. O Grupo, através das suas normas e procedimentos de formação e gestão, pretende desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

O GARC é responsável pela monitorização do cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo e por rever a adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo. O GARC é auxiliado nestas funções pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza revisões regulares e ad-hoc de controlos e procedimentos de gestão de risco, cujos resultados são reportados ao GARC.

Os deveres e responsabilidades do GARC incluem, revisão da filosofia de riscos, estratégia e políticas recomendadas pelo GMC e considera os relatórios do GMC. O Comité assegura a conformidade das políticas com o perfil de risco global do Grupo:

- revisão dos controlos sobre os riscos significativos;
- os procedimentos para identificar os riscos do negócio e controlar o impacto no Grupo;
- as políticas do Grupo para prevenir ou detectar fraude;
- as políticas do Grupo para assegurar que o Grupo cumpre com os requisitos e regulamentos legais;
- a eficácia operacional das políticas e procedimentos;
- monitorar a conduta ética do Grupo, do seu pessoal executivo e sénior;
- rever quaisquer declarações sobre normas éticas ou requisitos do Grupo e apoio no desenvolvimento dessas normas e requisitos;
- conformidade com os requisitos dos artigos de associação ou constituição;
- conformidade com as leis e regulamentos de qualquer outro estatuto aplicável e órgãos de controlo;
- questões ambientais e sociais.

Comité de Gestão do Grupo (GMC)

O GMC é presidido pelo Director Geral do Grupo. Os principais objectivos do GMC são como segue:

- assegurar que sejam implementadas as estratégias do negócio do Grupo face à agenda colectiva e orçamento do grupo, e reportar sobre os progressos ao Conselho de Administração da empresa-mãe assim como identificar quaisquer riscos significativos ou questões atempadamente;
- monitorizar os desenvolvimentos externos na presença do Grupo (e globalmente em geografias que podem afectar o Grupo) bem como as questões de risco internos decorrentes, para assegurar que sejam tomadas as medidas apropriadas para proteger a reputação e franchise do Grupo Letshego, bem como para mitigar potenciais perdas financeiras;
- promover uma cultura que se concentra numa experiência única com o cliente, inovação, medidas preventivas, desenvolvimento de pessoas e envolvimento das partes interessadas, sustentada por governação exemplar e controlo efectivo dos custos; e
- fornecer uma liderança unificada sobre a transformação chave, marca e outras iniciativas do negócio através da determinação e aprovação da resposta para ultrapassar os desafios geográficos e do negócio.

Comité de Risco do Grupo (GRC)

O GRC é presidido pelo Chefe responsável pelo Departamento de Risco e Qualidade. O GRC tem como foco a gestão de risco do Grupo e reporta ao GMC. Os principais objectivos do GRC incluem, entre outros, o seguinte:

- assegurar que o Grupo promove e mantém uma cultura de disciplina de gestão de risco, antecipação e conformidade em todas as suas entidades.
- assegurar que o GORF seja implementado em cada subsidiária, incluindo os limites de risco, e fornecer orientação sobre a forma como esta pode ser melhorada.
- fornecer um fórum para a visão geral dos principais riscos que afectam as várias subsidiárias e o grupo como um todo e os planos de mitigação propostos.
- pra monitorizar, mitigar e procurar reduzir a nível dos riscos residuais aceitáveis associados com o crédito, mercado, financeiro (incluindo impostos e crime financeiro), operacionais, legais, recursos humanos,

tecnologia da informação, de reputação, governação, política, conformidade regulamentar e quaisquer outras questões que possam surgir e que possam afectar negativamente as operações do Grupo.

- classificar as constatações e recomendações para o GMC, se necessário, quando existir um impacto negativo resultante de qualquer sanção por parte dos reguladores, perda de clientes em larga escala e de prejuízo para uma ou mais pessoas.

- assegurar que os directores executivos e gestores seniores são remunerados de forma apropriada e justa;
- assegurar que as estratégias de remuneração são cumpridas; e
- estabelecer metas de desempenho para a tabela de bónus do Grupo.

Os administradores executivos não desempenham nenhum papel respeitante às decisões de remuneração.

Comité de Investimento do Grupo (GIC)

O principal objectivo do GIC é rever de forma crítica e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre todos os novos investimentos estratégicos, alienar os investimentos existentes, se necessário, caso ocorram iniciativas de financiamento importantes do Grupo, incluindo o seguinte:

- o mecanismo para o investimento (início das operações, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos, etc);
- seleccionar os investimentos prioritários e não-prioritários;
- alienar os investimentos existentes caso os objectivos do investimento não sejam alcançados; e
- decidir sobre mecanismos apropriados de financiamento no contexto da estratégia geral do Grupo;
- formular as políticas gerais de investimento do Grupo, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.
- recomendar as orientações de investimento a ser adoptadas pelo Conselho de Administração na prossecução dessas políticas; e
- monitorizar a conformidade geral das políticas de investimento, orientações e decisões estratégicas.

Aquando da aprovação do investimento pelo Conselho de Administração, o GARC e o Conselho de Administração serão responsáveis por supervisionar a implementação dos riscos.

Comité de Nomeações do Grupo (GNC)

Os principais objectivos do GNC são de prestar apoio ao Conselho de Administração no exercício das suas funções em relação ao seguinte:

- formular recomendações para o Conselho de Administração;
- implementar um processo formal de revisão do equilíbrio de competências, diversidade e eficácia do Conselho de Administração;
- identificar as competências necessárias para os indivíduos que apresentem a necessidade das mesmas de uma forma justa no sentido de assegurar a eficácia e foco do Conselho de Administração;
- identificar e avaliar os candidatos para aprovação do Conselho de Administração para preencher as vagas do Conselho de Administração, à medida que estas forem surgindo;
- implementar os planos para a sucessão do Conselho de Administração; e
- indução dos administradores, avaliação de desempenho e desenvolvimento dos administradores; e
- nomeação de administradores não executivos das subsidiárias, indicados periodicamente de acordo com a Estrutura de Governação Empresarial do Grupo para os Conselhos Subsidiários.

b) Activos e passivos financeiros

Classificação contabilística e justo valor

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco:

Funções de Gestão de Risco Empresarial e do Risco Operacional (ERMF e GORF)

O âmbito do trabalho envolvido na ERMF e GORF é determinar se a rede de gestão de risco do Grupo, controlo e processo de governação e controlo, tal como concebido e representado pela gestão, é adequado e funciona no sentido de assegurar que:

- os riscos são identificados e geridos de forma apropriada;
- a interacção com os vários grupos de governação dentro do Grupo são documentados e ocorrem de forma apropriada;
- a informação financeira significativa e operacional é correcta, fiável, e atempada;
- as acções dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos e leis e regulamentos aplicáveis;
- os recursos são adquiridos e aplicados economicamente, utilizados de forma eficaz, e salvaguardados adequadamente;
- os programas, planos e objectivos são aplicados de forma contínua;
- a qualidade e melhorias contínuas são implementados nos processos de gestão de risco e controlo do Grupo;
- questões legislativas ou regulamentares significativas com impacto no grupo são reconhecidas e encaminhadas de forma adequada e reportadas ao Grupo;
- que os requisitos de secretariado do Banco e da Bolsa de Valores do Botswana são cumpridos;
- a formação do pessoal é contínua e adequada para satisfazer as normas do Grupo; e
- se estabelece uma ligação com os auditores externos para coordenar os programas de auditoria e suas exigências e normas.

As oportunidades para as melhorias do controlo da gestão, rentabilidade e imagem do Grupo devem ser identificadas durante as auditorias internas e externas. Estas são comunicadas ao nível adequado de gestão.

O responsável pela Auditoria Interna comunica e estabelece uma ligação com os auditores externos relativamente ao seu trabalho e constatações do Departamento de Auditoria Interna. O programa anual de auditoria interna, incluindo os recursos que são necessários pelo Departamento de Auditoria Interna para realizar o seu trabalho, é aprovado pelo GARC.

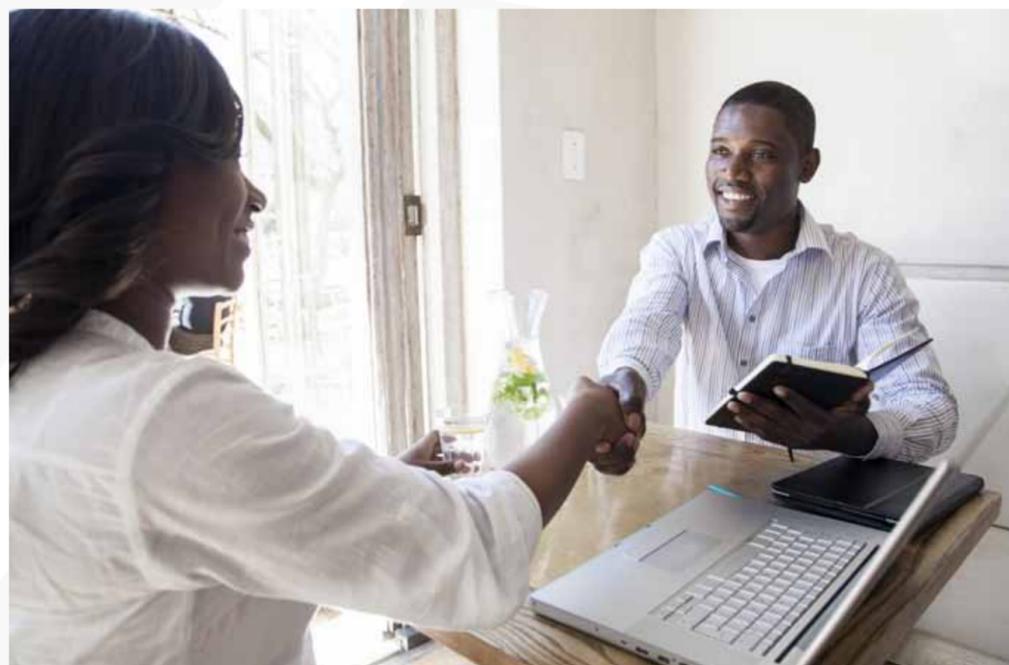
A monitorização contínua do trabalho realizado pelo Departamento de Auditoria Interna, bem como o seu relato, é realizado pelo GARC.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Auditoria do Grupo. O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo. O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC. O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

Comité de Recursos Humanos do Grupo (GHRC)

Os principais objectivos do GHRC são como segue:

- monitorar e rever as políticas de remuneração do Grupo;



	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Total valor contabilístico	Justo valor
31 de Dezembro de 2017	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46,125,991	-	-	46,125,991	46,125,991
Disponibilidades em outros bancos	201,018,402	-	-	201,018,402	201,018,402
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6,327,465	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	6,069,190,299	-	-	6,069,190,299	6,069,190,299
Outros activos	77,522,137	-	-	77,522,137	77,522,137
Total de activos financeiros	6,393,856,829	6,327,465	-	6,400,184,294	6,400,184,294
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	73,125,783	73,125,783	73,125,783
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,567,377,394	1,567,377,394	1,567,377,394
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-72,122,456	-72,122,456	-72,122,456
Outros passivos	-	-	132,132,263	132,132,263	132,132,263
Acções preferenciais	-	-	2,526,141,432	2,526,141,432	2,526,141,432
Dívida subordinada	-	-	327,697,139	327,697,139	327,697,139
Total de passivos financeiros	-	-	4,698,596,467	4,698,596,467	4,698,596,467
31 de Dezembro de 2016	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	25,526,466	-	-	25,526,466	25,526,466
Disponibilidades em outros bancos	283,167,297	-	-	283,167,297	283,167,297
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2,682,200	-	2,682,200	2,682,200
Crédito a clientes	4,918,520,452	-	-	4,918,520,452	4,918,520,452
Outros activos	172,892,080	-	-	172,892,080	172,892,080
Total de activos financeiros	5,400,106,295	2,682,200	-	5,402,788,495	5,402,788,495
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	33,203,271	33,203,271	33,203,271
Empréstimos de outros bancos	-	-	844,708,528	844,708,528	844,708,528
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	72,373,659	72,373,659	72,373,659
Outros passivos	-	-	145,750,774	145,750,774	145,750,774
Acções preferenciais	-	-	2,470,000,000	2,470,000,000	2,470,000,000
Dívida subordinada	-	-	277,319,998	277,319,998	277,319,998
Total de passivos financeiros	-	-	3,843,356,230	3,843,356,230	3,843,356,230

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Banco se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais e resulta principalmente do crédito a clientes do Banco. Para efeitos de relatórios de gestão de risco, o Banco considera e consolida todos os elementos da exposição de risco de crédito (risco de incumprimento pelos devedores, risco do sector e país).

Aprovisão de empréstimos não garantidos aos indivíduos formalmente empregados é o principal aspecto do negócio do Banco. Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é fundamental para o Conselho de Administração.

O modelo que o Banco usa para mitigar este risco são os acordos com os respectivos empregadores, para permitir que este deduza o pagamento mensal do empréstimo directamente do salário do funcionário. Este modelo de "código de dedução de salário" é usado exclusivamente pelo Banco.

Gestão de risco de crédito

Como referido acima, a actividade principal do Banco é a concessão de empréstimos sem garantia para pessoas formalmente empregadas. O Conselho de Administração delegou a responsabilidade pela supervisão do risco de crédito no Administrador Delegado e no departamento de crédito. No entanto, isso deve ser visto à luz da estrutura geral de uso exclusivo dos "códigos de dedução de salário", como o mecanismo de reembolso do empréstimo.

É da responsabilidade do Administrador Delegado garantir que as políticas do Banco relativas ao risco de crédito, capacidade financeira, salários líquidos mínimos e aderência aos níveis da empresa ou da legislação sobre pagamento dos salários líquidos sejam cumpridas com carácter permanente.

O Banco assegura que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso, seguindo-se a monitorização do desempenho da carteira de crédito pelo departamento de crédito com a assistência da Letshego Holdings Limited. O departamento de crédito, reportando ao Administrador Delegado e apoiado pela Letshego Holdings Limited, é responsável pela gestão de risco de crédito do Banco.

A Letshego detém uma apólice de seguro de crédito global para a cobertura de qualquer risco potencial de crédito da carteira de crédito. Uma taxa pré-determinada, aplicada a todos os empréstimos, é cobrada em cada parcela recebida de clientes e, por sua vez, pagas à seguradora.

A seguradora indemniza o Banco pela falta de pagamento das dívidas dos clientes do Banco em resultado da impossibilidade de honrar os termos do respectivo contrato de empréstimo. Os seguintes riscos estão cobertos ao abrigo deste seguro: morte,

invalidez, dívidas, fraude, devedor, empregador. A seguradora recebe mensalmente o prémio total retido e administra o fundo do qual se deduz as taxas de administração e de licença bem como os custos fiscais. Ver a nota 13 destas demonstrações financeiras para os créditos realizados a este respeito.

Processo de pedido de empréstimo

O empregador participante não garante os empréstimos dos funcionários e só é obrigado a reter as prestações mensais a pagar do salário do empregado antes do salário ser pago na conta bancária do empregado.

As deduções são subsequentemente pagas ao Banco Letshego, directamente e numa base mensal, pelo empregador participante. Os recursos do empréstimo são electronicamente transferidos para a conta bancária do empregado para eliminar o risco de levar dinheiro em mão.

Os empréstimos são concedidos apenas aos empregados que são capazes de apresentar o extracto bancário dos últimos dois meses de salário e que tenham uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito uma vez que os empréstimos não são pagos em numerário.

Os principais critérios considerados pelo Banco são a capacidade do candidato de cumprir com os seus compromissos financeiros e de permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas face ao empréstimo. O Banco aplica esses critérios para todos os clientes e estes são complementar às exigências regulamentares.

Os clientes são os funcionários dos empregadores participantes. Sempre que um empregador não é um empregador participante, o Banco Letshego envolve-se com esse empregador e obtém uma autorização de dedução para permitir a dedução da parcela do salário mensal dos funcionários.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas iguais e mensais que são recolhidas através da autorização da dedução de um salário (Código de dedução salário) concedido pelo empregador participante, ou seja, a retenção na fonte.

Monitorização de cobranças mensais

Caso um cliente não tenha fundos suficientes do seu salário líquido para satisfazer a prestação mensal do empréstimo, as razões para tal são imediatamente identificadas. Se o cliente não é mais funcionário do empregador, os esforços de recuperação são iniciados.

Caso o cliente tenha mudado de emprego, para um empregador com o qual o Banco não possui um "código de dedução", os mandatos de débito directo pré-autorizados são utilizados para recuperar pagamentos de empréstimos da conta bancária do cliente.

Se um cliente auferir um salário reduzido, por exemplo quando se trata de licença de estudo ou licença de

maternidade, as amortizações de empréstimos são reagendadas para recomeçar reembolsos totais até que o cliente retorne ao salário integral.

Acompanhamento de empréstimos vencidos

Para os empréstimos que vencem, o departamento de crédito segue procedimentos estabelecidos para recuperar reembolsos. Trata-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

Aprovação de novos empregadores

Todos os novos empregadores estão sujeitos a alguns critérios de avaliação definidos antes dos acordos do código de dedução. A aprovação é feita por um subcomité da Letshego Holdings Limited.

Transacções não envolvendo numerário

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e os fundos são depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Isto

reduz o risco de fraudes e reduz a complexidade do processo. Devido a esta metodologia apenas os clientes com contas bancárias podem ser aceites.

As auditorias regulares de unidades de negócio e processos de crédito são realizadas pelo Departamento de Gestão de Risco e Conformidade da Letshego Holdings Limited, para garantir a conformidade com processos e procedimentos internos bem como os requisitos regulamentares aplicáveis.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico. A tabela seguinte representa a exposição máxima a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 ao risco de crédito do balanço antes de se considerar qualquer garantia recebida ou outros factores de redução de risco de crédito assim como de reconhecimento de imparidade.

	2017	2016
	MZN	MZN
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46,019,120	24,982,343
Disponibilidades em outros bancos	201,018,402	283,167,297
Activos financeiros disponíveis para venda	6,327,465	2,682,200
Crédito a clientes	6,069,190,299	4,918,520,452
Outros activos	77,522,137	172,892,080
Total de activos sujeitos a risco de crédito	6,400,077,423	5,402,244,372
Activos não sujeitos a risco de crédito	101,903,771	60,548,953

Para efeitos de reporte da qualidade de crédito da carteira, os activos financeiros foram analisados conforme segue:

	Nem vencido nem com imparidade	Vencido mas sem imparidade	Vencido e com imparidade	(Menos) imparidade	Valor contabilístico
31 de Dezembro de 2017	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46,019,120	-	-	-	46,019,120
Disponibilidades em outros bancos	201,018,402	-	-	-	201,018,402
Activos financeiros disponíveis para venda	6,327,465	-	-	-	6,327,465
Crédito a clientes	5,635,863,932	235,186,596	279,419,321	(81,279,550)	6,069,190,299
Outros activos	77,522,137	-	-	-	77,522,137
Total activos sujeitos a risco de crédito	5,966,751,056	235,186,596	279,419,321	(81,279,550)	6,400,077,423
31 de Dezembro de 2016	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24,982,343	-	-	-	24,982,343
Disponibilidades em outros bancos	283,167,297	-	-	-	283,167,297
Activos financeiros disponíveis para venda	2,682,200	-	-	-	2,682,200
Crédito a clientes	3,822,692,098	534,513,921	598,579,168	(37,264,735)	4,918,520,452
Outros activos	172,892,080	-	-	-	172,892,080
Total activos sujeitos a risco de crédito	4,306,416,018	534,513,921	598,579,168	(37,264,735)	5,402,244,372

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos vencidos mas sem imparidade são aqueles em que os reembolsos contratuais se encontram vencidos na data de balanço mas relativamente aos quais

o Banco acredita que a imparidade não é apropriada no caso específico, por exemplo, quando o cliente auferir um salário menor devido a uma licença de estudo.

	2017	2016
	MZN	MZN
Crédito a clientes		
Vencido até 30 dias	100,388,276	-
Vencido entre 30 a 60 dias	91,209,745	-
Vencido há mais de 60 dias	43,588,575	-
Vencido há mais de 90 dias	-	534,513,921
Total de activos sujeitos a risco de crédito	235,186,596	534,513,921

Crédito com imparidade

A imparidade de empréstimos e títulos é relativa a empréstimos e adiantamentos em que o Banco determina que é provável que não sejam cobrados todos os juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

Empréstimos com condições renegociadas

Aplica-se quando o empregador não procede a uma dedução do empréstimo por falha não imputável ao cliente. Nestes casos, os empréstimos são reestruturados para reposicionar o empréstimo e não penalizar o cliente. O número e o valor destes empréstimos foi nulo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, tal como já tinha sido em 2016.

Provisões para imparidade

O Banco estabelece uma provisão para perdas por imparidade para os activos registados ao custo amortizado na sua carteira de crédito. As principais componentes desta provisão são componentes de perdas es-

pecíficas, relacionadas com exposições individualmente significativas e uma provisão colectiva para perdas de empréstimos colectivas. Esta provisão é estabelecida para grupos de activos homogéneos, referentes às perdas incorridas mas não identificadas em empréstimos considerados individualmente insignificantes, assim como exposições individualmente significativas que foram sujeitas a avaliações individuais de imparidade mas que não apresentam imparidade individual.

Política de desreconhecimento de créditos

O Banco abate o saldo do crédito, e quaisquer custos de perda por imparidade, quando o Departamento de Crédito determina que o empréstimo é incobrável. Esta determinação é feita após terem sido levadas em conta informações, tais como, a ocorrência de mudanças significativas na situação financeira do cliente a ponto deste já

O crédito a clientes com imparidade específica apresenta-se conforme segue:

	2017	2016
	MZN	MZN
Crédito a clientes vencido e com imparidade		
Valor bruto	279,419,321	598,579,168
Imparidade específica	(57,102,515)	(16,483,203)
Valor de balanço	222,316,806	582,095,965

d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros.

O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações de mercado gerais e específicas e a alterações no nível de volatilidade financeira.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo, optimizando o retorno sobre o risco.

Gestão do risco de mercado

A responsabilidade geral pela gestão de risco de mercado recai sobre a gestão do Banco e é assistida pelo Grupo de Auditoria e o Comité de Risco. A gestão é responsável pelo desenvolvimento de políticas de gestão de risco detalhadas, sujeita a revisão pelo Grupo de Auditoria e o Comité de Risco durante o decurso da implementação dessas políticas.

Risco de taxa de câmbio é o risco de deterioração da posição financeira derivado de variações nas taxas de câmbio. O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações nas principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e fluxos de caixa.

A 31 de Dezembro de 2017, os saldos em moeda estrangeira que o Banco detém no seu balanço são (i) um depósito de 81,896 dólares americanos.

Risco de taxa de juro - Há uma exposição ao risco de taxa de juro associada aos efeitos das flutuações nos níveis prevalecentes de taxas de mercado sobre a posição financeira e fluxos de caixa. O dinheiro é gerido para garantir que os fundos excedentes são investidos de forma a alcançar o máximo retorno possível, minimizando desta forma os riscos. Em geral, o juro sobre crédito a clientes é fixo enquanto o juro sobre empréstimos recebidos é variável.

A tabela abaixo resume a exposição ao risco de taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos, categorizados pela primeira data, da re- fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2017	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46,019,120	-	-	-	106,871	46,125,991
Disponibilidades em outros bancos	201,018,402	-	-	-	-	201,018,402
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	39,690,145	152,868,119	1,160,154,275	4,716,477,760	-	6,069,190,299
Outros activos	-	-	-	-	77,522,137	77,522,137
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	286,727,667	152,868,119	1,160,154,275	4,716,477,760	83,956,473	6,400,184,294
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	53,622,775	19,503,008	-	-	-	73,125,783
Empréstimos de outros bancos	1,567,377,394	-	-	-	-	1,567,377,394
Responsabilidades representadas por títulos	72,122,456	-	-	-	-	72,122,456
Outros passivos	-	-	-	-	132,132,263	132,132,263
Acções preferenciais	2,526,141,432	-	-	-	-	2,526,141,432
Dívida subordinada	327,697,139	-	-	-	132,132,263	327,697,139
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	4,546,961,196	19,503,008	-	-	83,956,473	4,698,596,467
Gap de taxa de juro	(4,260,233,529)	133,365,111	1,160,154,275	4,716,477,760	(48,175,790)	1,701,587,827

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2016	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24,982,343	-	-	-	544,123	25,526,466
Disponibilidades em outros bancos	283,167,297	-	-	-	-	283,167,297
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	2,682,200	2,682,200
Crédito a clientes	29,706,051	160,948,506	1,129,120,260	3,598,745,635	-	4,918,520,452
Outros activos	-	-	-	-	172,892,080	172,892,080
Total de activos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	337,855,691	160,948,506	1,129,120,260	3,598,745,635	176,118,403	5,402,788,495
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	24,396,044	8,807,227	-	-	-	33,203,271
Empréstimos de outros bancos	844,708,528	-	-	-	-	844,708,528
Responsabilidades representadas por títulos	72,373,659	-	-	-	-	72,373,659
Outros passivos	-	-	-	-	145,750,774	145,750,774
Acções preferenciais	2,470,000,000	-	-	-	-	2,470,000,000
Dívida subordinada	277,319,998	-	-	-	-	277,319,998
Total de passivos financeiros sujeitos a risco de taxa de juro	3,688,798,229	8,807,227	-	-	145,750,774	3,843,356,230
Gap de taxa de juro	(3,350,942,538)	152,141,279	1,129,120,260	3,598,745,635	30,367,629	1,559,432,265

Sensibilidade a alterações nas taxas de juro sobre o financiamento recebido

	2017	2016
	MZN	MZN
Custo médio de financiamento	26.65%	17.96%
Impacto de um aumento de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	(44,933,384)	(36,644,022)
Impacto de uma redução de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	44,933,384	36,644,022

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente e com uma boa relação custo-eficácia.

O risco resulta tanto da diferença entre a magnitude dos activos e passivos e a desproporção dos seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento do Banco e os fluxos de caixa. Ao quantificar o risco de

liquidez, as projecções de fluxos de caixa futuros são acordos simulados e necessários que são postos em prática para garantir que todos os compromissos de fluxos de caixa futuros são cumpridos, a partir dos fundos gerados pelo Banco e também de linhas de financiamento disponíveis com instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Banco pelas maturidades contratuais remanescentes à data de balanço. Os valores reportados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados.

Abre uma Conta LetsGo é simples e seguro



	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2017	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	65,027,970	8,092,275	5,538	-	-	73,125,783
Empréstimos de outros bancos	-	-	666,021,229	901,356,165	-	1,567,377,394
Responsabilidades representadas por títulos	29,036,646	8,092,275	-	72,122,456	-	72,122,456
Outros passivos	-	152,868,119	94,694,300	-	-	132,132,263
Acções preferenciais	-	-	-	-	2,526,141,432	2,526,141,432
Dívida subordinada	-	-	-	327,697,139	-	327,697,139
Total de passivos financeiros	94,064,616	16,493,592	760,721,067	1,301,175,760	2,526,141,432	4,698,596,467
Total de passivos financeiros	281,633,108	18,690,491	161,898,359	3,729,214,020	1,149,370,716	5,340,806,694
31 de Dezembro de 2016	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	32,868,867	329,247	5,157	-	-	33,203,271
Empréstimos de outros bancos	520,610,662	289,614,427	34,483,439	-	-	844,708,528
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	72,373,659	-	72,373,659
Outros passivos	60,684,084	20,114,825	64,951,865	-	-	145,750,774
Acções preferenciais	-	-	-	-	2,470,000,000	2,470,000,000
Dívida subordinada	-	-	-	277,319,998	-	277,319,998
Total de passivos financeiros	614,163,613	310,058,499	99,440,461	349,693,657	2,470,000,000	3,843,356,230
Total de passivos financeiros	342,745,226	18,690,491	161,898,359	3,729,214,020	1,145,725,451	5,398,273,547

A tabela acima apresenta os fluxos de caixa descontados dos passivos financeiros do Banco e os fluxos de caixa descontados dos compromissos não reconhecidos do Banco assumindo a data de maturidade contratual mais próxima.

Os fluxos de caixa esperados do Banco em relação a estes instrumentos podem ser diferentes desta análise. Por exemplo, os elementos do departamento financeiro do Banco têm reuniões e actualizações regulares assegurando que as facilidades e linhas de crédito permanecem abertas e não é esperado que os compromissos de crédito não reconhecidos sejam todos utilizados no imediato.

e) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas directas e indirectas resultarem de uma grande variedade de causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Banco, e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e de normas de comportamento empresarial geralmente aceites.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e danos à reputação do Banco, com a eficiência do custo geral e evitar procedimentos de controlo que restrinjam iniciativas e a criatividade.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controlos para abordar o risco operacional é atribuída à gestão. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do Banco para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas que estão incluídas no departamento de Conformidade e Risco do Grupo:

- requisitos para segregação de funções apropriada, incluindo a autorização independente das transacções;
- requisitos para reconciliação e monitorização das transacções;
- cumprimento dos regulamentos e outros requisitos legais;
- documentação de controlos e procedimentos;
- requisitos para avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;
- requisitos para relato de perdas operacionais e acção para remediar proposta;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- formação e desenvolvimento profissional;
- normas de ética e de negócio; e
- mitigação do risco, incluindo seguro, onde o mesmo

	2017	2016
	MZN	MZN
Fundos próprios de base (Tier 1)		
Capital social	213,970,020	213,970,020
Prémio de emissão	524,000	524,000
Reservas não distribuíveis	226,523,664	172,732,299
Resultados transitados	815,807,000	866,558,284
Menos: activos intangíveis	(6,549,083)	(7,355,106)
Menos: Insuficiência de provisões para imparidade	(292,739,276)	(217,940,213)
Total fundos próprios de base (Tier 1)	957,536,325	1,028,489,284
Dívida subordinada	-	257,122,321
Acções preferenciais	478,767,964	257,122,321
Imparidade genérica de risco de crédito	646,807	506,092
Total capital regulamentar	957,536,325	1,543,240,018
Activos ponderados por risco	5,294,275,488	4,214,811,794
Rácio de solvabilidade	27.14%	36.61%

for eficaz.

O cumprimento das normas do Banco é suportado por um programa de revisões periódicas levadas a cabo pelo departamento de Conformidade e Risco do Grupo. Os resultados das revisões de Auditoria Interna são discutidos com a gestão, com sumários submetidos à Auditoria do Grupo e Comité de Risco do Grupo e revisões periódicas posteriores para garantir a resolução das mesmas.

f) Gestão do capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo relativamente ao 'capital próprio' no balanço, são:

- cumprir os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- salvaguardar a capacidade do Banco, em termos de continuidade das suas operações, para que possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas;
- manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

O rácio de adequação de capital e uso de capital regulamentar são monitorizados mensalmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas com base em orientações estabelecidas pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

O Banco é obrigado a manter um rácio de capital mínimo igual a 8% dos seus fundos próprios, definido como prémio de emissão, lucros acumulados aprovados e reservas legais, diferença entre as provisões calculadas segundo as NIRF e calculadas para efeitos regulatórios e resultados acumulados do período em apresentação.

O Banco de Moçambique exige que o Banco mantenha um rácio de capital regulatório total dos activos ponderados pelo risco igual ou superior ao mínimo exigido de 8%, aplicando-se regras de Basileia II.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de riscos ponderados do Banco e classificados de acordo com a natureza dos activos e reflectindo a estimativa do risco do crédito associado a cada activo e contraparte.

A tabela seguinte resume o cálculo do capital regulamentar do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 nos termos

7 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

	2017	2016
	MZN	MZN
Caixa	106,871	544,123
Disponibilidades em bancos centrais	46,019,120	24,982,343
Total	46,125,991	25,526,466

8 - Disponibilidades em outros bancos

	2017	2016
	MZN	MZN
Moeda nacional		
Depósitos à ordem	196,280,765	212,418,068
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	4,737,637	70,749,229
Total	201,018,402	283,167,297

9 - Activos financeiros disponíveis para venda

	2017	2016
	MZN	MZN
Investimento em capital não cotado - SIMO	6,327,465	2,682,200
Total	6,327,465	2,682,200

O Banco detém 0,5% do capital social da SIMO. Não existe um mercado activo para este investimento e, portanto, foi mensurado ao custo.

A Administração considera que o custo se aproxima do seu justo valor. Não foi identificada nenhuma situação de imparidade respeitante ao investimento no fim do ano.

10 - Crédito a clientes

	2017	2016
	MZN	MZN
Crédito bruto a clientes	6,150,469,849	4,955,785,187
Menos: provisões e perdas por imparidade de crédito	(81,279,550)	(37,264,735)
Total	6,069,190,299	4,918,520,452

A totalidade dos clientes de crédito são funcionários do Governo de Moçambique.

Abaixo estão apresentadas algumas características da carteira de crédito a clientes:

	2017	2016
	MZN	MZN
Taxas médias de juros dos créditos a clientes (anuais)	36%	34%
Taxa média de cobrança	94%	94%
Empréstimo mais elevado (MZN)	1,800,000	1,800,000
Empréstimo mais baixo (MZN)	3,000	3,000
Prazo médio dos empréstimos (meses)	65	61
Número total de clientes	79,129	66,873

10.1 - Movimento em provisões para perdas por imparidade

	2017	2016
	MZN	MZN
Saldo de abertura	37,264,735	43,538,584
Imparidade do exercício	44,014,815	(6,273,849)
Saldo de fecho	81,279,550	37,264,735
Imparidade específica	62,580,939	15,887,205
Imparidade genérica	18,698,611	21,377,530

11 - Outros activos tangíveis

	Melhorias em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Veículos	Total
31 de Dezembro de 2017	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Ao custo	13,528,362	2,471,224.00	39,397,368	23,728,333	37,000	79,162,287
Depreciação acumulada	(9,154,238)	-	(20,446,706)	(13,352,564)	(35,459)	(42,988,967)
Valor contabilístico	4,374,124	2,471,224.00	18,950,662	10,375,769	1,541	36,173,320
Movimento em outros activos tangíveis						
A 1 de Janeiro de 2017	2,810,620	-	6,605,903	10,489,364	3,083	19,908,970
Adições	2,792,890	2,471,224	18,652,720	3,411,117	-	27,327,951
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(1,229,386)	-	(6,307,961)	(3,524,712)	(1,542)	(11,063,601)
A 31 de Dezembro de 2017	4,374,124	2,471,224	18,950,662	10,375,769	1,541	36,173,320
31 de Dezembro de 2016	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Ao custo	13,528,362	-	20,744,648	20,317,216	37,000	51,834,336
Depreciação acumulada	(9,154,238)	-	(14,138,745)	(9,827,852)	(33,917)	(31,925,366)
Valor contabilístico	2,810,620	-	6,605,903	10,489,364	3,083	19,908,970
Movimento em outros activos tangíveis						
A 1 de Janeiro de 2016	2,954,684	4,933,668	7,736,573	12,105,058	12,333	27,742,316
Adições	537,051	-	3,582,956	1,490,197	-	5,610,204
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	4,933,668	-	-	-	(4,933,668)
Depreciação do exercício	(681,115)	-	(4,713,626)	(3,105,891)	(9,250)	(8,509,882)
A 31 de Dezembro de 2016	2,810,620	-	6,605,903	10,489,364	3,083	19,908,970

12 - Activos intangíveis

	Licença de software	Desenvolvimento de software internamente	Total
	MZN	MZN	MZN
31 de Dezembro de 2017			
Ao custo	17,616,514	59,074,497	76,691,011
Amortização acumulada	(11,067,431)	-	(11,067,431)
Valor contabilístico	6,549,083	59,074,497	65,623,580
Movimento em activos intangíveis			
A 1 de Janeiro de 2016	7,355,106	32,740,754	40,095,860
Adições	-	24,485,396	24,485,396
Transferências	-	1,848,347	1,848,347
Amortização do exercício	(806,023)	-	(806,023)
A 31 de Dezembro de 2016	6,549,083	59,074,497	65,623,580
31 de Dezembro de 2016			
Ao custo	17,616,514	59,074,497	76,691,011
Amortização acumulada	(10,261,408)	-	(10,261,408)
Valor contabilístico	7,355,106	59,074,497	65,623,580
Movimento em activos intangíveis			
A 1 de Janeiro de 2016	6,697,538	-	6,697,538
Adições	3,339,583	32,740,754	36,080,337
Abates	(4,515,773)	-	(4,515,773)
Transferências	4,933,668	-	4,933,668
Amortização do exercício	(3,099,910)	-	(3,099,910)
A 31 de Dezembro de 2016	7,355,106	32,740,754	40,095,860

13 - Outros activos

	2017	2016
	MZN	MZN
Pagamentos antecipados	10,086,080	10,151,780
Adiantamentos a colaboradores	7,852,820	8,539,693
Indemnizações de seguros a receber	54,267,427	136,940,006
Outros valores a receber	5,315,810	17,260,601
Total	77,522,137	172,892,080

As indemnizações de seguros a receber estão relacionadas com um plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal do Grupo Letshego.

Os fundos são obtidos das prestações mensais recebidas de clientes de crédito e pagos à seguradora na qualidade de gestora do plano de seguros.

14 - Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes são maioritariamente compostos por contas poupança e depósitos a prazo.

	2017	2016
	MZN	MZN
Clientes Corporate:		
- Depósitos à ordem	35,821,709	6,223,210
- Depósitos a prazo	11,007,348	10,858,535
Clientes Retail:		
- Depósitos à ordem	16,811,510	7,298,142
- Depósitos a prazo	9,485,216	8,823,384
Total	73,125,783	33,203,271
Depósitos correntes	73,125,783	33,203,271
Depósitos não-correntes	-	-
Total	73,125,783	33,203,271

15 - Empréstimos de bancos

	2017	2016
	MZN	MZN
Bancos nacionais		
Barclays Bank Moçambique, S.A.	901,356,165	520,610,662
Banco Terra, S.A.	-	51,600,366
Standard Bank, S.A.	666,021,229	272,497,500
Total	1,567,377,394	844,708,528

O Banco obteve os seguintes empréstimos de bancos locais:

1. O empréstimo do Banco Terra liquidou em 31 de Setembro de 2017.

2. O empréstimo do Standard Bank, no valor de 270 milhões de Meticals, foi renovado para 764,5 milhões de Meticals em 27 de Janeiro de 2017. A linha de crédito é reembolsável em parcelas trimestrais, iniciadas em 31 de Março de 2017. A facilidade tem vencimento em 27 de Julho de 2018.

3. O empréstimo do Barclays Bank, no montante de 489 milhões de Meticals, com vencimento em 31 de Dezembro de 2016, foi renovado em 8 de novembro de 2016 para 900 milhões de Meticals e foi desembolsado em 30 de Março de 2017. Os juros são reembolsáveis mensalmente, com apenas um pagamento de capital em 30 de Novembro de 2018.

As facilidades de crédito são garantidas por uma garantia empresarial da empresa-mãe, Letshego Holdings Limited, e são remuneradas a diferentes taxas de juro. As exposições junto do Standard Bank encontram-se garantidas por

16 - Responsabilidades representadas por títulos

	2017	2016
	MZN	MZN
Títulos de dívida privada - Obrigações Letshego 2014		
Capital	71,630,000	71,630,000
Juro corrido	492,456	492,456
Total	72,122,456	72,122,456

A Letshego Mozambique emitiu obrigações em Janeiro de 2015, com maturidade em Janeiro de 2019. Para o período iniciado em Janeiro de 2015 e término em Janeiro de 2017 a taxa de juro está fixada em 13%. A partir dessa data e até à maturidade, a taxa de juro

será a FPC ("Facilidade Permanente de Cedência") adicionada de uma margem de 550pbs por ano.

A 31 de Dezembro de 2017, a taxa de juro associada é de 27.5%

17 - Outros passivos

	2017	2016
	MZN	MZN
Imposto de selo e retenções na fonte	71,002,900	64,272,667
Crédito de prémios de seguro	14,428,230	48,986,950
Acréscimo para bónus de funcionários	17,839,349	10,646,489
Acréscimo para férias de funcionários	2,374,842	2,842,923
Segurança social	2,235,954	1,674,197
Contas de compensação	6,567,329	7,632,080
Honorários de auditoria	2,018,955	1,527,123
Outros acréscimos	7,313,304	7,020,367
Outros valores a pagar	8,351,400	1,147,978
Total	132,132,263	1,147,978

O crédito de prémios de seguro está relacionado com um plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal do Grupo Letshego. Os fundos são obtidos das prestações mensais recebidas de clientes de crédito e pagos à seguradora na qualidade de gestora do plano de seguros.

instrumento compreende um passivo financeiro que é mensurado ao custo.

Durante 2015, o Banco emitiu outras 36 666 667 acções preferenciais, a MZN 30 cada, também para a Letshego Holdings Limited. As acções preferenciais remuneram juros à taxa do Banco de Moçambique, adicionada de uma margem de 4%.

Durante 2016, o Banco emitiu 14 000 000 acções preferenciais adicionais, a MZN 30 cada, a favor da Letshego Holdings Limited, e com as mesmas condições contratuais das emissões anteriores. As acções preferenciais autorizadas a 31 de Dezembro de 2016 ascendem a 82 333 334, a MZN 30 por acção.

18 Acções preferenciais

Em 2014, o Banco emitiu 31 666 667 acções preferenciais, a um valor nominal de MZN 30 por acção, para a Letshego Holdings Limited. As acções preferenciais liquidam ao valor nominal num período de 10 anos contado desde a data de emissão. Este

18 - Acções preferenciais

	2017	2016
	MZN	MZN
Acções preferenciais a 1 de Janeiro	2,470,000,000	2,050,000,000
Acções preferenciais emitidas (dívida subordinada convertida - nota 19)	-	420,000,000
Juros do exercício	531,682,726	469,200,822
Juros pagos	(475,541,294)	(469,200,822)
Total	2,526,141,432	2,470,000,000

19 Dívida subordinada

Durante 2013, a Letshego Holdings Limited efectuou um acordo para conceder um financiamento à Letshego Mozambique. O empréstimo foi aprovado pelo Banco de Moçambique, como sendo um empréstimo subordinado elegível para o capital regulamentar, fortalecendo assim o rácio de solvabilidade do Banco.

O empréstimo tem um limite de utilização de 2,5 milhões de Meticals e está sujeito a juros indexados à taxa de facilidade permanente de cedência ("FPC") do Banco de Moçambique acrescida de 4% ao ano. Desde 2014, o Banco efectuou três conversões de dívida subordinada para acções preferenciais, nomeadamente de MZN 950 milhões em 2014, MZN 1 100 milhões em 2015 e MZN 420 milhões em 2016.

19 - Dívida subordinada

	2017	2016
	MZN	MZN
Dívida subordinada a 1 de Janeiro	277,319,998	407,429,600
Adições / (pagamentos)	(393,795)	289,890,398
Conversão para acções preferenciais	-	(420,000,000)
Encargos com juros	50,770,936	35,574,891
Juros pagos	-	(35,574,891)
Total	327,697,139	277,319,99833

20 - Capital social e prémio de emissão

	2017	2016
	MZN	MZN
Totalmente autorizadas, subscritas e pagas		
Número de acções ordinárias	7,132,334	7,132,334
Valor nominal das acções	30	30
Capital social	213,970,020	213,970,020
Prémio de emissão	524,000	524,000

21 - Reservas

	2017	2016
	MZN	MZN
Reserva legal	203,673,731	152,922,050
Pagamento baseado em acções	16,982,024	19,810,250
Total	220,655,755	172,732,300

Abre uma Conta LetsGo

LetsGo é a solução financeira Tudo-Em-1. Com LetsGo pode Poupar, Pagar, Transferir e ainda Ganhar Juros com qualquer saldo. Saiba mais sobre a Conta LetsGo, liga para 83 950 6000 | 21 22 6000 | visite o Agente Bancário mais próximo.

Termos e Condições Aplicáveis



22 - Margem financeira

	2017	2016
	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares		
Crédito e aplicações		
- Clientes	1,856,712,050	1,438,191,445
- Bancos	3,931,592	3,007,734
Outros juros e rendimentos similares	1,331,238	801,845
	1,861,974,880	1,442,001,024
Juros e rendimentos similares		
Empréstimos de bancos	(371,905,572)	(179,127,352)
Responsabilidades representadas por títulos	(20,330,566)	(9,920,453)
Acções preferenciais	(531,682,726)	(469,200,822)
Dívida subordinada	(50,770,936)	(35,574,891)
Depósitos de clientes	(3,043,650)	(1,618,351)
	(977,733,450)	(695,441,869)
	884,241,430	746,559,155

23 - Resultado de taxas e comissões

	2017	2016
	MZN	MZN
Rendimento de taxas e comissões		
Taxas e comissões administrativas	35,168,389	19,623,662
Taxas de cobrança	24,644,574	19,478,530
Outras taxas e comissões	4,392,928	12,214,199
	64,205,891	51,316,391
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cobrança	(21,224,164)	(11,831,559)
Comissão de garantia	(32,540,000)	(6,000,000)
Outras taxas e comissões	(556,899)	(4,640,190)
Taxa de negociação	(9,000,000)	-
Taxa de mobilização de fundos	(28,015,905)	-
	(91,336,968)	(22,471,749)
	(27,131,077)	28,844,642

24 - Outros resultados operacionais

	2017	2016
	MZN	MZN
Prémios de seguro recebidos	87,480,257	23,050,606
Outros proveitos operacionais	1,127,147	79,395
	88,607,404	23,130,001

25 - Gastos com pessoal

	2017	2016
	MZN	MZN
Salários e vencimentos	114,211,592	86,753,372
Contribuições para assistência médica	6,307,770	6,313,025
Custos com segurança social	4,531,064	4,034,612
Outros gastos com pessoal	48,145,700	28,012,123
	173,196,126	125,113,132

26 - Gastos gerais administrativos

	2017	2016
	MZN	MZN
Rendas - locação operacional	42,617,098	35,715,410
Honorários dos serviços de consultoria dos accionistas	8,512,492	8,773,250
Gastos de comunicação	28,544,159	18,761,371
Gastos gerais de escritório	11,882,960	11,216,797
Honorários de serviços especializados	15,140,286	9,743,837
Gastos com veículos	8,572,741	7,189,801
Material de escritório	11,678,488	7,175,235
Despesas de deslocação	15,267,424	7,790,378
Honorários de auditoria	2,599,108	2,373,030
Comissão de vendas	1,487,741	2,594,089
Comissões de gestão	42,431,679	-
Outros gastos	56,307,056	18,149,626
	245,041,232	129,482,824

27 - Imposto sobre o rendimento

	2017	2016
	MZN	MZN
Imposto sobre o rendimento	128,655,952	198,288,781
Imposto diferido	(1,418,027)	(238,598)
	127,237,925	198,050,183

27.1 - Imposto diferido

	2017	2016
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro		
Movimento do exercício	1,429,964	1,668,562
Saldo a 31 de Dezembro	(1,418,027)	(238,598)
	11,937	1,429,964

27.2 - Reconciliação do imposto corrente

	2017	2016
	MZN	MZN
Resultado antes de imposto	373,931,136	536,394,723
Imposto calculado à taxa fiscal de 32%	119,657,964	171,646,311
Efeito fiscal de:		
- Rendimentos não sujeitos a imposto	-	-
- Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	7,247,884	26,642,470
- Utilização de prejuízos fiscais	1,750,104	-
Imposto sobre o rendimento	128,655,952	198,288,781

27.3 - Imposto corrente a pagar

	2017	2016
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	25,877,988	88,774,789
Imposto sobre o rendimento	128,655,952	198,288,781
Pagamentos	(187,155,280)	(261,185,582)
Saldo a 31 de Dezembro	(32,621,340)	25,877,988
Impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos seguintes itens:		
Outros activos tangíveis	(2,286,194)	(1,649,236)
Adiantamentos	2,298,131	3,079,200
Saldo a 31 de Dezembro	11,937	1,429,964

28 - Partes relacionadas

	2017	2016
	MZN	MZN
Saldos com a Letshego Holdings Limited		
Acções preferenciais (nota 18)	2,526,141,432	2,470,000,000
Dívida subordinada (nota 19)	327,697,139	277,319,998
	2,853,838,571	2,747,319,998
Gastos com juros a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 18)	531,682,726	469,200,822
Dívida subordinada (nota 19)	50,770,936	35,574,891
	582,453,662	504,775,713

29 - Pagamentos a accionistas minoritários

	2017	2016
	MZN	MZN
Honorários de consultoria	7,560,000	7,728,000
Honorários dos administradores	952,492	1,045,250
	8,512,492	8,773,250

30 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas para

emissão, não ocorreram eventos ou transacções relevantes que afectassem a posição reflectida nas demonstrações financeiras do Banco.



LetsGo

Abre uma Conta LetsGo é simples e seguro

Para abrir uma **Conta LetsGo** não precisa de preencher nenhum formulário, é só levar consigo um documento de identificação e já está. Para movimentar a sua **Conta LetsGo** é só usar a sua Impressão Digital e já está. **É simples e seguro.**

Liga 83 950 6000 | 21 22 6000 para mais informações

